

**Revista dos Estudantes de Direito da
Universidade de Brasília**

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito

Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília

ISSN 1981-9684
ISSN 2177-6458 (eletrônico)

Décima Quinta Edição – Edição Comemorativa dos 30 anos da
Constituição Federal
Segundo Semestre de 2018

Editoração e Revisão
Conselho Editorial

Organização e Avaliação
Gabriela Neves Delgado

Capa
Eduardo Varela

Apoio:



Centro Acadêmico de Direito da UnB

34(05)	<p>Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília / Universidade de Brasília. – n. 15 (2018) – Brasília: REDUnB, 1997 -</p> <p>Anual</p> <p>ISSN 1981-9684 (impresso) ISSN 2177-6458 (eletrônico)</p> <p>1. Direito – Periódicos. I. Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília.</p>
--------	--

CONSELHO EDITORIAL

A Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília é editada por alunos de graduação em Direito da UnB. O Conselho Editorial responsável por esta edição foi composto pelos seguintes membros:

Gabriel Campos Soares da Fonseca

João Gabriel Costa dos Santos

Valter Pedroso Vitelli

Vítor Rabelo Naegele

ORGANIZAÇÃO

A publicação de artigos na Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília é condicionada à aprovação do Conselho Consultivo, que emite parecer sobre cada trabalho recebido. Nesta edição comemorativa dos 30 anos da Constituição Federal de 1988, a RED|UnB conta com produções exclusivas acerca da temática do Direito do Trabalho e oriundas da Faculdade de Direito da UnB, com a organização e seleção dos trabalhos a cargo da Professora Gabriela Neves Delgado, membra do Conselho Consultivo:

Organizadora: Gabriela Neves Delgado - Universidade de Brasília
Professora Associada de Direito do Trabalho da UnB. Pós-Doutora em Sociologia do Trabalho pela UNICAMP. Doutora em Filosofia do Direito pela UFMG. Mestre em Direito do Trabalho pela PUC-Minas. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania” (UnB/CNPq). Vice-Diretora da Faculdade de Direito da UnB. Advogada.

Diretor do Conselho Consultivo: Thiago Luís Santos Sombra - Universidade de Brasília

Professor de Direito Privado e Doutorando na Universidade de Brasília (UnB), Mestre em Direito Privado pela PUC-SP, Pós-Graduado pela Univerisità degli Studi di Camerino (Itália), Pesquisador Visitante da London School of Economics and Political Science. Foi Procurador do Estado de São Paulo. Advogado. Autor de livros e artigos, revisor de periódicos e consultor de agências de fomento à pesquisa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 13 - 14

GABRIELA NEVES DELGADO
LUÍS CARLOS MOURA GUIMARÃES

*TRABALHOS ACADÊMICOS DA PÓS-GRADUAÇÃO E DO GRUPO DE PESQUISA
“TRABALHO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA” (UNB/CNPQ)*

**1. OS 70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS:
ECOS DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NA
DINÂMICA DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS SOCIOTRABALHISTAS NA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988** 15 - 33

GABRIELA NEVES DELGADO
ANA CAROLINA PARANHOS DE CAMPOS RIBEIRO

**2. DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE NEOLIBERAIS: A CONSTITUIÇÃO DE
1988 E A CRISE PERMANENTE** 34 - 58

RENATA QUEIROZ DUTRA

**3. A AUSÊNCIA DE DIÁLOGO SOCIAL VERDADEIRO NA REFORMA
TRABALHISTA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONSTITUIÇÃO DE 1988** 59 - 72

RAIANNE LIBERAL COUTINHO

**4. O PRESENTE DE GREGO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: A
REFORMA TRABALHISTA E A TRANSIÇÃO PARA UM MODELO
INTERMITENTE DE TRABALHO** 73 - 91

STÉFANO CUNHA ARAÚJO

**5. A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E A CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA DE 1988** 92 - 118

MARIANE KORESSAWA BEZERRA

6. PRECARIEDADE NO TELETRABALHO: GESTÃO DE ADOECIMENTO 119 - 129

LEANDRO HENRIQUE COSTA BEZERRA

**7. A RESPONSABILIDADE PELO MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NO
REGIME DE TELETRABALHO** 130 - 142

CRISTIANE ROSA PITOMBO

8. A PROTEÇÃO À SAÚDE DAS TRABALHADORAS GESTANTES E LACTANTES: UMA ANÁLISE DO ARTIGO 394-A DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E DAS DIRETRIZES INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHO HUMANO 143 - 162

HELENA MARTINS DE CARVALHO
NICOLLE WAGNER DA SILVA GONÇALVES
RAQUEL LEITE DA SILVA SANTANA

9. O TELETRABALHO NA REFORMA TRABALHISTA: IMPACTOS NA SAÚDE DOS TRABALHADORES E NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ADEQUADO 163 - 172

PAULO ROBERTO LEMGRUBER EBERT

10. A REPARAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS NO ÂMBITO DAS RELACIONES TRABALHISTAS PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA: NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA E VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL 173 - 197

PEDRO HENRIQUE FELIX LIMA

11. O RECONHECIMENTO DO DANO EXISTENCIAL NO CONTEXTO DA REFORMA TRABALHISTA 198 - 216

MARIA CECILIA DE ALMEIDA MONTEIRO LEMOS

TRABALHOS ACADÊMICOS DA GRADUAÇÃO, DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB E DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL DA FD/UNB

12. A REFORMA TRABALHISTA E O PRINCÍPIO DA NORMA MAIS FAVORÁVEL AO TRABALHADOR: NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 620 DA CLT À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL 217 - 226

PEDRO HENRIQUE DE CASTRO MOTTA
ANA VICTÓRIA LINHARES REZENDE

13. CRÍTICA AOS NOVOS CONTORNOS DA TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA: ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA ADPF 324 E NO RE 958.252/MG 227 - 238

GABRIEL VISOTO DE MATOS
ISABELLA TANUY GONÇALVES
LUÍS CARLOS MOURA GUIMARÃES

14. JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA DO MOTORISTA PROFISSIONAL: DANO EXISTENCIAL EM PERSPECTIVA 239 - 246

ANA LUÍS GONÇALVES ROCHA

15. O TEMPO DE DISPONIBILIDADE PERMANENTE E O CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS

247 - 254

JÚLIA MACHADO AGUIAR
ROBERTA ARRECHEA

16. A PROTEÇÃO DE DADOS DO TRABALHADOR: O DIREITO DO TRABALHO CONSTITUCIONALIZADO E SEU DIÁLOGO COM O DIREITO À PRIVACIDADE

255 - 264

CLARA LACERDA ACCIOLY

17. DECISÕES SOBRE O VÍNCULO TRABALHISTA COM A UBER E A NECESSIDADE DE SE REVISTAR INSTITUTOS TRADICIONAIS NO DIREITO DO TRABALHO: COMO ACOMPANHAR AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS?

265 - 278

MATHEUS VINCÍCIUS AGUIAR RODRIGUES

18. A ATUAÇÃO DO UBER NO BRASIL À LUZ DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS TRABALHISTAS

279 - 284

ANA LETÍCIA COSTA RODRIGUES BEZERRA
NATHÁLIA GUIMARÃES OHOFUGI

19. A REFORMA TRABALHISTA E O PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL: IMPACTOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 611-B DA CLT SOBRE OS TRABALHADORES

285 - 294

GUSTAVO GALASSI LIMA
MARIANA OZAKI MARRA DA COSTA

20. A POSSIBILIDADE NEGOCIAL SOBRE INSALUBRIDADE: A LEI 13.467/2017 E OS PRINCÍPIOS DA PROGRESSIVIDADE, DA NORMA MAIS FAVORÁVEL E DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO

295 - 308

CECÍLIA ROSAL SILVA
GABRIELA DE LIMA CHEHAB
PAULA MACHADO RIBEIRO
SARAH DAM FREITAS

21. CRÍTICAS AO ARTIGO 394-A DA CLT: REPERCUSSÕES SOCIAIS DO TRABALHO INSALUBRE DA GESTANTE E DA LACTANTE

309 - 321

GABRIELA ROMEIRO TITO DE MORAES
JOELANE RODRIGUES CARVALHO
PATRÍCIA VIEIRA MURADA
PAULO RICARDO DA SILVA SANTANA

22. ENTRE INDISPONIBILIDADE E AUTONOMIA: A ARBITRAGEM EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS PÓS REFORMA TRABALHISTA

322 - 337

CLÁUDIO DE AZEVEDO BARBOSA

TRABALHO CONJUNTO DO GRUPO DE PESQUISA “TRABALHO, CONSTITUIÇÃO E CIDADANIA” (UNB/CNPQ)

23. PEDIDO DE INGRESSO DO GRUPO DE PESQUISA COMO *AMICUS CURIAE*
NA ADI 5826

338 - 373

GABRIELA NEVES DELGADO
MILENA PINHEIRO MARTINS
RODRIGO LEONARDO DE MELO SANTOS
AMANDA MAGALHÃES CARRILHO
HELOISA LOHANE GONÇALVES DA SILVA
NATALIE ALVES LIMA
PRISCILA MARIA MENEZES DE ARAÚJO

PREFÁCIO

5 de outubro de 1988. Essa singular data remete ao dia da consolidação de uma nova ordem constitucional para o Brasil – a Constituição Federal de 1988 –, projetada como um ideal de esperança democrática e daquilo que o país projetava para sua própria história.

Entre as diversas aspirações, o constituinte esculpiu aqueles que seriam os direitos fundamentais de natureza social, destinados não apenas à proteção do trabalhador individualmente considerado, mas também da coletividade justralhista.

Transcorridos 30 anos da promulgação do Texto Constitucional, o Brasil perpassou intensas mudanças e experimentou das mais diversas situações até que se chegasse ao presente momento histórico, tendo também o Direito do Trabalho passado por variados questionamentos, cujas repercussões ensejaram mudanças profundas na legislação trabalhista, de forma a desafiar sua perspectiva teleológica edificada no princípio da proteção ao trabalho humano.

Entre o conjunto de alterações implementadas no Direito do Trabalho brasileiro desde os idos de 1988, tem destaque a promulgação da Lei nº 13.467/2017, a denominada Lei da Reforma Trabalhista, responsável por sedimentar inúmeras zonas de tensão em contraposição ao padrão civilizatório e humanista modulado pela Constituição Federal de 1988.

A Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB), em parceria com a Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília (RED|UnB), e com o Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania” (UnB/CNPq) promovem a **15ª Edição da RED|UnB**, cientes de sua posição na realidade brasileira e da necessidade de contribuir para a análise dos impactos jurídicos da Reforma Trabalhista à luz da Constituição, além dos desafios que se perfilam para os próximos anos.

Com o aniversário de 30 anos da Constituição, a comunidade acadêmica da Faculdade de Direito da UnB orgulhosamente apresenta essa **edição comemorativa do periódico**, que se propõe a fomentar a pesquisa jurídica e a produção científica justralhista entre os alunos da Graduação e da Pós-Graduação, pesquisadores de iniciação científica e do Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania”.

Esta edição também celebra a posição pioneira alcançada pelo Grupo de Pesquisa “Trabalho, Constituição e Cidadania” (UnB/CNPq), que foi admitido como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5826, no Supremo Tribunal Federal, com o propósito de contribuir para o debate acerca da inconstitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, regulamento pela Lei nº 13.467/2017. A peça de ingresso contou com análise de mérito e segue integrada à presente publicação.

Com esta edição comemorativa, a Faculdade de Direito da UnB celebra seu papel fundamental na dinâmica de consolidação de uma Escola de Direito do Trabalho do Centro-Oeste, divulgando o que há de melhor na produção acadêmica do pensamento justralhista brasileiro.

Brasília, 14 de dezembro de 2018.

Gabriela Neves Delgado
Luís Carlos Moura Guimarães